



# Demonstrações Financeiras Intermediárias

---

Porto Seguro Capitalização S.A.

30 de Junho de 2025

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

**Senhores acionistas e demais interessados,**

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Capitalização S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

---

## NOSSO DESEMPENHO

---

- **Receita com títulos de capitalização**

A receita com títulos de capitalização totalizou no período em R\$ 851,5 milhões, com aumento de R\$ 155,5 milhões, 22,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou no período R\$ 40,6 milhões, com aumento de R\$ 5,8 milhões, 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas receitas com aplicações financeiras.

- **Resultado do período e por ação**

O resultado totalizou no período R\$ 21,8 milhões, com aumento de 20,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado por ação foi reduzido, comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$ 0,22 em 30 de junho de 2025 e R\$ 0,30 em 30 de junho de 2024. Essa redução foi impactada pelo aumento na quantidade de ações emitidas.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

---

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

---

### Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

#### Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla

metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

### **1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social**

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

### **2. Estratégia Climática e Circularidade**

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta\* com energia renovável (\*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

### **3. Produtos e Soluções Sustentáveis**

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

### **4. Engajamento da Cadeia de Valor**

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

---

## AMBIENTE ECONÔMICO

---

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

---

## **AGRADECIMENTOS**

---

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

**À Administração.**

---

## **DIRETORIA**

---

Marcos Roberto Loução	Diretor Presidente
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados
José Rivaldo Leite da Silva	Diretor Vice-Presidente
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Adriano Arruda de Oliveira	Diretor de Negócios
Tiago Violin	Diretor
Nelson Santos Aguiar	Diretor

Daniele Gomes Yoshida  
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Mariana Luccas Mendes  
Atuária - MIBA nº 2471



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
**Porto Seguro Capitalização S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Porto Seguro Capitalização S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 11, em 30 de junho de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 2.041.261 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.



**Shape the future  
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de capitalização, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

#### Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future  
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.



## Shape the future with confidence

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future  
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Diana Yukie Naki dos Santos'.

Diana Yukie Naki dos Santos  
Contadora CRC-SP300514/O

Ativo	Nota Explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Circulante</b>		<b>265.128</b>	<b>296.973</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.592.764</b>	<b>1.457.466</b>
Disponível		717	1.397	Contas a pagar		8.031	8.932
Caixa e bancos	7	717	1.397	Obrigações a pagar		4.078	6.662
Equivalentes de caixa	7	189.902	90.688	Impostos e encargos sociais a recolher		349	267
Aplicações financeiras	8	25.162	163.314	Encargos trabalhistas		31	78
Outros créditos operacionais		993	685	Impostos e contribuições		3.522	1.885
Títulos e créditos a receber		1.703	20	Outras contas a pagar		51	40
Créditos tributários e previdenciários		20	20	Débitos das operações com capitalização		8.461	13.683
Outros créditos		1.683	—	Agentes e correspondentes		1.497	2.078
Custos de aquisição diferidos	9	45.994	40.792	Outros débitos operacionais		6.964	11.605
Capitalização		45.994	40.792	Depósitos de terceiros	12	8.066	504
Despesas antecipadas		657	77	Provisões técnicas - capitalização	11	1.568.206	1.434.347
				Provisão para resgates		1.493.782	1.366.458
<b>Não circulante</b>		<b>2.079.964</b>	<b>1.864.026</b>	Provisão para sorteio		7.428	6.944
Realizável a longo prazo		2.079.964	1.864.026	Provisão para receitas diferidas		66.996	60.945
Aplicações financeiras	8	2.056.584	1.831.925	<b>Não circulante</b>		<b>474.101</b>	<b>434.245</b>
Títulos e créditos a receber		14.674	24.000	Contas a pagar		43	39
Créditos tributários e previdenciários	10.1	14.671	23.978	Obrigações a pagar		33	29
Depósitos judiciais e fiscais		3	22	Tributos diferidos		10	10
Custos de aquisição diferidos	9	8.706	8.101	Provisões técnicas - capitalização	11	473.055	433.444
Capitalização		8.706	8.101	Provisão para resgates		461.607	422.613
				Provisão para receitas diferidas		11.448	10.831
				Outros débitos		1.003	762
				Provisões judiciais	13.1	1.003	762
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>278.227</b>	<b>269.288</b>
				Capital social	14 (a)	160.000	160.000
				Aumento de capital (em aprovação)	14 (a)	107.500	107.500
				Reservas de lucros	14 (b)	10.261	37.192
				Ajustes de avaliação patrimonial		(21.380)	(35.404)
				Lucros acumulados		21.846	—
<b>Total do ativo</b>		<b>2.345.092</b>	<b>2.160.999</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.345.092</b>	<b>2.160.999</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Receita com títulos de capitalização</b>		<b>851.546</b>	<b>696.043</b>
<b>Contribuição com títulos de capitalização</b>		<b>851.546</b>	<b>696.043</b>
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	15	791.262	646.302
Contribuição - quotas de carregamento		60.283	49.741
<b>Varição da provisão para receita diferida</b>		<b>(6.668)</b>	<b>(5.935)</b>
<b>Varição das provisões de resgates</b>		<b>(790.608)</b>	<b>(645.234)</b>
<b>Varição da provisão de sorteios</b>		<b>(973)</b>	<b>(1.085)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	16	<b>(37.511)</b>	<b>(29.948)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>(2.403)</b>	<b>(1.940)</b>
Outras receitas operacionais		—	3
Outras despesas operacionais		(2.403)	(1.943)
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(14.054)</b>	<b>(13.381)</b>
Pessoal próprio		(454)	(398)
Serviços de terceiros		(2.856)	(3.122)
Localização e funcionamento		(271)	(244)
Publicações		(102)	(162)
Donativos e contribuições		(184)	(170)
Despesas administrativas diversas	17	(10.187)	(9.285)
<b>Despesas com tributos</b>		<b>(3.431)</b>	<b>(2.948)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>18</b>	<b>40.551</b>	<b>34.724</b>
Receitas financeiras		104.032	79.666
Despesas financeiras		(63.481)	(44.942)
<b>Resultado operacional</b>		<b>36.449</b>	<b>30.296</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>36.449</b>	<b>30.296</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>10.2</b>	<b>(9.081)</b>	<b>(7.537)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>10.2</b>	<b>(5.458)</b>	<b>(4.531)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(64)</b>	<b>(75)</b>
<b>Resultado do período</b>		<b>21.846</b>	<b>18.153</b>
Quantidade de ações		97.992	59.832
Resultado por ação - básico e diluído	20	0,2229	0,3034

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Resultado do período</b>	<b>21.846</b>	<b>18.153</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>14.024</b>	<b>(9.364)</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	23.374	(15.607)
Efeitos tributários	(9.350)	6.243
<b>Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários</b>	<b>35.870</b>	<b>8.789</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>160.000</b>	<b>—</b>	<b>26.295</b>	<b>(13.827)</b>	<b>—</b>	<b>172.468</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	(17.000)	—	—	(17.000)
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	22	—	—	22
Ações alienadas		—	—	(36)	—	—	(36)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	(9.364)	—	(9.364)
Resultado do período		—	—	—	—	18.153	18.153
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>		<b>160.000</b>	<b>—</b>	<b>9.281</b>	<b>(23.191)</b>	<b>18.153</b>	<b>164.243</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>160.000</b>	<b>107.500</b>	<b>37.192</b>	<b>(35.404)</b>	<b>—</b>	<b>269.288</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	14 (c)	—	—	(26.900)	—	—	(26.900)
Reconhecimento pagamento em ações	14 (d)	—	—	21	—	—	21
Ações alienadas	14 (d)	—	—	(52)	—	—	(52)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	14.024	—	14.024
Resultado do período		—	—	—	—	21.846	21.846
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>		<b>160.000</b>	<b>107.500</b>	<b>10.261</b>	<b>(21.380)</b>	<b>21.846</b>	<b>278.227</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do período	21.846	18.153
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(86.507)	(110.792)
Ativo fiscal diferido	9.307	(6.141)
Despesas antecipadas	(580)	(132)
Custos de aquisição diferidos	(5.807)	(4.392)
Impostos e contribuições	13.125	10.214
Outros ativos	(1.972)	(215)
Outras contas a pagar	(7.756)	1.764
Depósitos de terceiros	7.562	150
Provisões técnicas - capitalização	173.470	161.377
Provisões judiciais	241	(154)
Outros passivos	16.677	(11.360)
Caixa consumido pelas operações:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.488)	(10.057)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>128.118</b>	<b>48.415</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos	(29.584)	(17.000)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(29.584)</b>	<b>(17.000)</b>
<b>Aumento/ (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>98.534</b>	<b>31.415</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	92.085	5.915
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	190.619	37.330

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco A - 6º andar, em São Paulo - SP, e tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (\*):

<b>Porto Seguro Capitalização S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	99,9 %
Porto Seguro S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguro Cia de Seguros Gerais</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1 %
<b>Porto Seguro Serviços e Comércio</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguros S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1 %
<b>Porto Seguro Pagamentos Ltda.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
<b>Porto Seguro S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
<b>Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8 %
Jayme Brasil Garfinkel	0,2 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
<b>Pares Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jaime Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
<b>Rosag Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
<b>Itauseg Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
<b>Itaú Unibanco S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaucard S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaú BBA S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Itaú Unibanco Holding S.A.</b>	<b>Participação</b>
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(\*) Participações nas ações ordinárias.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras intermediárias apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

### **2.2 CONTINUIDADE**

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

### **2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

### **2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

## **CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

## **2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos títulos.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2025.

### **3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

## 3.2 ATIVOS FINANCEIROS

### (a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

#### (i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

#### (ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

#### (iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, títulos de capitalização, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

#### (iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações de capitalização”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos operacionais” que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente

similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período de 30 de junho de 2025.

#### **(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período de 30 de junho de 2025.

### 3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

#### 3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contratos, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

#### 3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

### 3.4 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre emissão dos títulos de capitalização e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das títulos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de títulos, também são diferidos com o mesmo critério.

### 3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a) Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.
- (b) Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

- (c) Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.
- (d) Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.
- (e) Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para o diferimento da receita das cotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados, disponibilizados no site da SUSEP:

<u>Processo SUSEP</u>	<u>Tipo PU</u>	<u>Taxa Carregamento</u>
15414.901622/2019-81	PU	7,8%
15414.901713/2019-16	PU	6,3%
15414.900181/2019-08	PU	20,1%
15414.902267/2019-67	PU	6,3%
15414.601011/2020-79	PU	8,8%
15414.601323/2020-82	PU	7,8%
15414.601325/2020-71	PU	5,9%
15414.601326/2020-16	PU	6,9%
15414.601327/2020-61	PU	7,0%
15414.606126/2020-50	PU	9,7%
15414.606128/2020-49	PU	7,8%
15414.612744/2020-39	PU	7,8%
15414.628604/2023-25	PU	6,4%
15414.628614/2023-61	PU	9,9%
15414.628612/2023-71	PU	6,1%
15414.628605/2023-70	PU	7,9%
15414.628613/2023-16	PU	8,0%

### 3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

As receitas com títulos de capitalização estão registradas de forma segregada em receitas das cotas de capitalização e de sorteio das cotas de carregamento, tendo como fato gerador: (i) o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as cotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e (ii) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a cota de carregamento.

### 3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz,

são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

### **3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES**

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

### **3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

### **3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

### **3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS**

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

## **4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS**

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### 4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

#### 4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

#### 4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### 5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;

- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

### 5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2025, 100,0% (100,0% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”.

### 5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	190.619	835	92.085	5.231
Fluxo de 1 a 30 dias	232.530	193.048	133.593	193.905
Fluxo de 2 a 6 meses	—	639.514	—	557.723
Fluxo de 7 a 12 meses	37.071	778.303	38.913	702.972
Fluxo acima de 1 ano	2.051.739	567.818	2.059.499	542.126
	<b>2.511.959</b>	<b>2.179.518</b>	<b>2.324.090</b>	<b>2.001.957</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

### 5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados	98,9%	92,4%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	1,1%	7,6%
Inflação (IPCA/IGPM)	—	—%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(195.351)
	+ 25 b.p.	(102.172)
	+ 10 b.p.	(41.948)
	- 10 b.p.	41.948
	- 25 b.p.	102.172
	- 50 b.p.	195.351
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	—
	+ 25 b.p.	—
	+ 10 b.p.	—
	- 10 b.p.	—
	- 25 b.p.	—
	- 50 b.p.	—
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(808)
	+ 25 b.p.	(673)
	+ 10 b.p.	(538)
	- 10 b.p.	538
	- 25 b.p.	673
	- 50 b.p.	808

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário provável de “stress” para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

#### 5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

## 5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

## 6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>278.227</b>	<b>269.288</b>
<b>(+/-) Ajustes contábeis</b>	<b>(59.615)</b>	<b>(62.185)</b>
Despesas antecipadas	(657)	(77)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(4.258)	(13.215)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(54.700)	(48.893)
<b>(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>(40.956)</b>	<b>(87.156)</b>
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(40.956)	(87.156)
<b>(+/-) Ajustes do PLA de nível 1</b>	<b>(10.413)</b>	<b>(10.763)</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(10.413)	(10.763)
<b>PLA de nível 1</b>	<b>167.243</b>	<b>109.184</b>
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	1.277	3.097
<b>PLA de nível 2</b>	<b>1.277</b>	<b>3.097</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	10.413	10.763
<b>PLA de nível 3</b>	<b>10.413</b>	<b>10.763</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>178.933</b>	<b>123.044</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
<b>Capital de risco (II)</b>	<b>69.420</b>	<b>71.756</b>
Capital de risco de subscrição	10.384	9.416
Capital de risco de crédito	1.103	1.049
Capital de risco de mercado	54.934	58.725
Capital de risco operacional	10.652	9.663
Benefício da correlação entre riscos	(7.653)	(7.097)
<b>Capital mínimo requerido (maior entre I e II)</b>	<b>69.420</b>	<b>71.756</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>109.513</b>	<b>51.288</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	189.902	90.688
Depósitos bancários	717	1.397
	<b>190.619</b>	<b>92.085</b>

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### 8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

#### 8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
LFTs	25.162	25.162	163.314	163.314
<b>Total - circulante</b>	<b>25.162</b>	<b>25.162</b>	<b>163.314</b>	<b>163.314</b>
% das aplicações classificadas nesta categoria:		1%		8%
<b>Total das aplicações</b>		<b>2.081.746</b>		<b>1.995.239</b>

#### 8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA) (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
<b>Carteira própria</b>		
NTNs - F	349.070	334.792
LTNs	77.520	69.232
<b>Não circulante</b>	<b>426.590</b>	<b>404.024</b>
% das aplicações classificadas nesta categoria:	20%	20%
<b>Total das aplicações</b>	<b>2.081.746</b>	<b>1.995.239</b>

(\*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 462.220 (R\$ 463.030 em 31 de dezembro de 2024).

### 8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTNs	1.199.982	994.057
NTNs - F	430.012	433.844
<b>Total - não circulante</b>	<b>1.629.994</b>	<b>1.427.901</b>
% das aplicações classificadas nesta categoria:	79%	72%
<b>Total das aplicações</b>	<b>2.081.746</b>	<b>1.995.239</b>

(\*) O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 1.561.735 (R\$ 1.282.641 em 31 de dezembro de 2024).

### 8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.085.927</b>	<b>1.684.165</b>
Aplicações	121.421	355.083
Resgates	(63.102)	(87.889)
Rendimentos	104.028	170.529
Ajuste a valor de mercado	23.374	(35.961)
<b>Saldo final</b>	<b>2.271.648</b>	<b>2.085.927</b>

(\*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

### 8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,85	12,10
<b>Fundos exclusivos</b>		
NTNs F	7,98	7,98
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,07
LTN	11,82	11,42
<b>Carteira própria</b>		
LTN	11,02	11,02
NTNs F	6,99	6,99

(\*) Vide nota explicativa nº 7.

## 9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo de diferimento dos custos de aquisição segue a vigência dos contratos. Para a data base de 30 de junho de 2025 mantivemos a prática adotada em 31 de dezembro de 2024, respeitando o período contratual de cada proposta para o conhecimento dos custos diferidos, cujo prazo médio é de 18 meses.

### 9.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>48.893</b>	<b>41.313</b>
Constituição	43.283	71.280
Apropriação para despesa	(37.476)	(63.700)
<b>Saldo final</b>	<b>54.700</b>	<b>48.893</b>
Circulante	45.994	40.792
Não circulante	8.706	8.101

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

### 10.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/Realização	Junho de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	—	—	—	—
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	23.602	—	(9.350)	14.252
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	287	92	—	379
Provisão de participação de lucros	65	19	(71)	13
Provisão para obrigações legais	2	1	—	3
Outras provisões	22	2	—	24
	<b>23.978</b>	<b>114</b>	<b>(9.421)</b>	<b>14.671</b>

#### 10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	82	170	14.406	2	2	9	<b>14.671</b>

## 10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Junho de 2025	Junho de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	36.385	30.221
Alíquota vigente	40 %	40 %
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)</b>	<b>(14.554)</b>	<b>(12.088)</b>
Doações/ incentivos	11	7
Outros	4	13
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)</b>	<b>15</b>	<b>20</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)</b>	<b>(14.539)</b>	<b>(12.068)</b>
<b>Taxa efetiva (D/-A)</b>	<b>40,0 %</b>	<b>39,9 %</b>

## 11. PROVISÕES TÉCNICAS – CAPITALIZAÇÃO

### 11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão de receita diferida - PRD	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.731.150</b>	<b>57.921</b>	<b>1.084</b>	<b>5.860</b>	<b>71.776</b>	<b>1.867.791</b>
Constituição de provisão	799.869	—	1.411	1.426	—	802.706
Atualização monetária e juros	61.594	134	328	6	—	62.062
Pagamento de títulos sorteados	—	—	—	(727)	—	(727)
Pagamento de resgates	—	(686.112)	—	—	—	(686.112)
Títulos cancelados	(9.261)	—	—	—	—	(9.261)
Constituição de despesas administrativas	—	—	—	—	6.668	6.668
Baixa de sorteio decorrido	—	—	(1.960)	—	—	(1.960)
Transferência PRA	(149.595)	149.689	—	—	—	94
Transferência PRV	(542.825)	542.825	—	—	—	—
<b>Saldo final em 30 de junho de 2025</b>	<b>1.890.932</b>	<b>64.457</b>	<b>863</b>	<b>6.565</b>	<b>78.444</b>	<b>2.041.261</b>
Circulante						1.568.206
Não circulante						473.055

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão de receita diferida - PRD	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.428.514</b>	<b>50.729</b>	<b>1.168</b>	<b>5.085</b>	<b>60.375</b>	<b>1.545.871</b>
Constituição de provisão	1.369.891	—	2.847	2.659	—	1.375.397
Atualização monetária e juros	96.521	611	178	10	—	97.320
Pagamento de títulos sorteados	—	—	—	(1.894)	—	(1.894)
Pagamento de resgates	—	(1.140.000)	—	—	—	(1.140.000)
Títulos cancelados	(17.420)	—	—	—	—	(17.420)
Constituição de despesas administrativas	—	—	—	—	71.776	71.776
Baixa de despesas administrativas	—	—	—	—	(60.375)	(60.375)
Baixa de sorteio decorrido	—	—	(3.109)	—	—	(3.109)
Transferência PRA	(263.394)	263.631	—	—	—	237
Transferência PRV	(882.950)	882.950	—	—	—	—
Receita com penalidades	(12)	—	—	—	—	(12)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.731.150</b>	<b>57.921</b>	<b>1.084</b>	<b>5.860</b>	<b>71.776</b>	<b>1.867.791</b>
Circulante						1.434.347
Não circulante						433.444

### 11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)</b>	<b>2.041.261</b>	<b>1.867.791</b>
Cotas de fundos de investimento	1.655.156	1.590.554
Títulos de renda fixa - públicos	426.590	404.024
<b>Total de ativos oferecidos em garantia (B)</b>	<b>2.081.746</b>	<b>1.994.578</b>
<b>Excedente (B - A)</b>	<b>40.485</b>	<b>126.787</b>

## 12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalização que estão em processamento:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
A vencer	1.382	—
Vencidos de 1 a 30 dias	6.684	504
	<b>8.066</b>	<b>504</b>

## 13. PROVISÕES JUDICIAIS

### 13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	946	716
Fiscais	57	46
	<b>1.003</b>	<b>762</b>

#### 13.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS:

	Fiscais	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>46</b>	<b>716</b>	<b>762</b>
Constituições	7	143	150
Êxito/reversões	—	67	67
Pagamentos	—	(50)	(50)
Atualização monetária	4	70	74
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>57</b>	<b>946</b>	<b>1.003</b>
Quantidade de processos	1	27	28

### 13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza cíveis e fiscais que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais	52.777	49.488
Cíveis	698	658
	<b>53.475</b>	<b>50.146</b>

## FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessa provisão refere-se integralmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 52.777 (R\$ 39.277 de possível impacto no lucro líquido).

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 267.500 dividido em 97.992.474 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Sendo R\$ 107.500 pendente de aprovação da SUSEP.

#### (b) RESERVAS DE LUCROS

##### (i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de junho de 2025 seu saldo era de R\$ 10.161 (R\$ 10.161 em 31 de dezembro de 2024).

##### (ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2025 seu saldo era de R\$ 78 (R\$ 26.978 em 31 de dezembro de 2024).

**(c) DIVIDENDOS**

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R\$ 10.000 em 27 de fevereiro de 2025 e R\$ 16.900 em 28 de março de 2025. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

**(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES**

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações (“Plano”), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>52</b>	<b>36</b>
Diferimento do período	21	52
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(52)	(36)
<b>Saldo final</b>	<b>21</b>	<b>52</b>
<b>Valor de mercado médio ponderado (R\$)</b>	<b>32,29</b>	<b>32,29</b>

	Quantidade	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Diferimento do período	1	1
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(1)	(1)
<b>Saldo final</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

#### 15. CONTRIBUIÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Instrumento de garantia	788.630	644.428
Incentivo	2.632	1.874
	<b>791.262</b>	<b>646.302</b>

#### 16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Despesas de comercialização	(43.318)	(34.340)
Variação das despesas diferidas	5.807	4.392
	<b>(37.511)</b>	<b>(29.948)</b>

#### 17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

As despesas administrativas diversas referem-se aos custos repassados pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	87.754	63.247
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	16.274	16.419
Outras receitas financeiras	4	—
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>104.032</b>	<b>79.666</b>
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(62.062)	(44.538)
Outras despesas financeiras	(1.419)	(404)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(63.481)</b>	<b>(44.942)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>40.551</b>	<b>34.724</b>

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Comercialização de títulos de capitalização da Companhia para as empresas do Grupo Porto;
- (ii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Asset Management;
- (iv) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (v) Serviços de assistência automotiva e residencial contratados da CDF S.A decorrente de cobertura assistencial;
- (vi) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento; e
- (vii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Ativo		Passivo	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Portoseg	1.683	—	—	225
Porto Consórcio	—	—	35	21
Porto Seguro S.A.	—	—	—	6
Porto Cia	—	—	1.319	1.758
Crediporto	—	—	10	—
	<b>1.683</b>	<b>—</b>	<b>1.364</b>	<b>2.010</b>

	Receitas		Despesas	
	Junho de 2025	Junho de 2024	Junho de 2025	Junho de 2024
Porto Cia	2.965	2.265	(9.715)	(8.500)
Porto Asset Management	—	—	—	(441)
Porto Seguro Gestora de Recursos	—	—	(1.293)	—
Porto Atendimento	—	—	(137)	—
Porto Saúde	—	—	(37)	(22)
Portoseg	—	26	(477)	(1.389)
Porto Consórcio	—	—	(114)	(168)
Crediporto	—	—	(1.121)	—
Porto Assistência (i)	—	—	—	(107)
CDF S.A	—	—	(319)	—
CDF Ltda (i)	—	—	—	(195)
	<b>2.965</b>	<b>2.291</b>	<b>(13.213)</b>	<b>(10.822)</b>

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente.

## 20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período..

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2025	Junho de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	21.846	18.153
Média ponderada do número de ações durante o período	97.992	59.832
Resultado por ação básico e diluído	0,2229	0,3034

## 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

### COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025 em conjunto com as informações trimestrais da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

\*\*\*